

RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2021

O Conselho Fiscal do Instituto em cumprimento à Lei 2.370/2006, art. 68, vem através deste relatar:

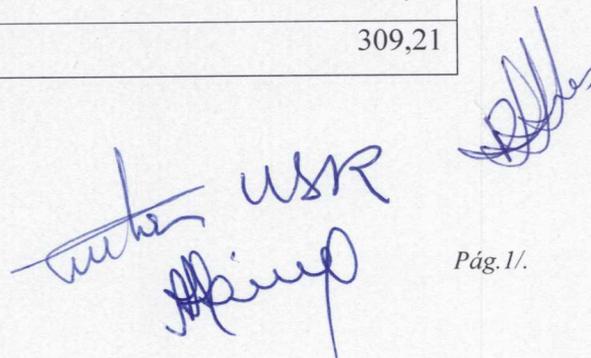
1. INTRODUÇÃO

O Instituto é administrado pela Diretoria Executiva assim constituída pelos seguintes servidores: Diretor Presidente do Instituto – **Anna Paula Cardoso Ribeiro Araújo** indicado pelo Executivo Municipal, Diretora Financeira – **Bruna Greice da Silva Assing** indicada pelo Legislativo Municipal e **Carlos Renato Simões Avelar** - Diretor Secretário e de Seguridade escolhido pela Diretora Presidente e pela Diretora Financeira e nomeado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

As ações da Diretoria são fiscalizadas por um Conselho Fiscal assim constituído: **Raquel Duarte Nunes**, indicada pelo Legislativo Municipal, **Cláudia Regina Pinto**, indicada pelo Executivo Municipal, **Wilma Sebastiana Rodrigues**, representante dos servidores ativos e **Alice do Nascimento Lima**, representante dos servidores inativos, ambos indicados pela Associação de Amparo dos Servidores Municipais e Aposentados.

A disponibilidade financeira do Instituto apurada em 31 de dezembro de 2021 apresentou a importância de **R\$19.485.362,08 (dezenove milhões, quatrocentos e oitenta e cinco mil, trezentos e sessenta e dois reais e oito centavos)**, com a seguinte distribuição:

Aplicações Financeiras	19.485.052,87
Bancos Conta Movimento	309,21



Pág.1/.

2. RECEITAS

As receitas auferidas pelo Instituto no exercício de 2021 atingiram as cifras de **R\$8.530.320,96** (oito milhões, quinhentos e trinta mil, trezentos e vinte reais e noventa e seis centavos), obedecendo ao seguinte desdobramento:

RECEITA	ARRECADADO (R\$)
<i>Receitas Correntes (A)</i>	4.197.968,26
Receita de Contribuições	2.787.626,07
Receita Patrimonial	1.377.627,86
Outras Receitas Correntes	32.714,33
<i>Receitas de Capital (B)</i>	-
<i>Receitas Correntes Intraorçamentárias (C)</i>	4.830.036,55
<i>Deduções da Receita (D)</i>	497.683,85
SUB-TOTAL (E=A+B+C-D)	8.530.320,96
<i>Transferências Financeiras Recebidas (F)</i>	-
TOTAL (G=E+F)	8.530.320,96

3. DESPESAS

As despesas orçamentárias do Instituto perfizeram o montante de **R\$ 9.949.707,19** (nove milhões, novecentos e quarenta e nove mil, setecentos e sete reais e dezenove centavos), obedecendo ao seguinte desdobramento:

DESPESAS	PAGO (R\$)
Atividades de suporte	359.478,55
Contribuição do RPPS ao PASEP	82.587,10
Proventos de Aposentadoria	8.350.921,06
Proventos de Pensões	1.156.720,48
TOTAL	9.949.707,19

4. PATRIMÔNIO

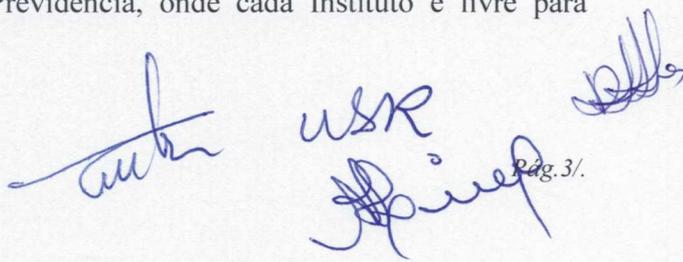
O patrimônio do Instituto não possui bens imóveis. Restando assim, os bens móveis devidamente registrados.

O IPREV PBA, recebeu através da compensação previdenciária – COMPREV, o valor R\$14.976,01 (quatorze mil, novecentos e setenta e seis reais e um centavo).

Neste período no qual a pandemia, mantém tantas incertezas, é sabido, que a economia mundial segue afetada, o que fez com que houvesse uma desvalorização significativa no Patrimônio do IPREV. Mas ressaltamos o empenho e dedicação da Diretoria, juntamente com o Comitê de Investimentos, não esquecendo da Mensurar Assessoria, para minimizar a pouca rentabilidade.

5. CONSIDERAÇÕES GERAIS E FINAIS

- ✓ Considerando que o Instituto desde o exercício de 2000 tem procedido à reavaliação atuarial do seu plano previdenciário, sendo assessorado pela Aliança Assessoria e Consultoria Ltda.;
- ✓ Considerando que a avaliação atuarial foi devidamente efetivada em 31 de dezembro 2021;
- ✓ Considerando que este Conselho conf. Resolução 3.922 avaliou, deliberou e aprovou aplicações financeiras trimestrais;
- ✓ Considerando ainda, que este Conselho Fiscal juntamente com a Diretoria Executiva, aprovou a Política Anual de Investimento para o exercício de 2021;
- ✓ Considerando que, a Câmara Municipal vem procedendo regularmente o repasse das contribuições dos servidores e do recolhimento patronal;
- ✓ Considerando que os ativos financeiros do IPREV-PBA, conforme exigência da Política Interna de Investimentos, são aplicados em instituições financeiras classificadas no ranking de gestores da ANBIMA, tais como Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco Itaú e Banco Bradesco. Importante salientar que este critério de seleção das instituições financeiras não faz parte de nenhuma exigência do Ministério da Previdência, onde cada Instituto é livre para



Pág. 3/.

trabalhar com a Instituição Financeira que quiser. Trata-se de uma iniciativa do próprio IPREV-PBA, a fim de proteger os recursos do risco Institucional;

Acompanhamos o relatório de Controle Interno da entidade em suas considerações fazendo nossas as explicações contidas no mesmo. Face ao exposto, entende este Conselho Fiscal que o Instituto está sendo administrado de acordo com as legislações vigentes, sempre procurando sanar, dentro da legalidade, os problemas surgidos.

Paraopeba, 31 de março de 2022.

